

# O HERÓI DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR VOLTA DO EXÍLIO: MANOEL DE CARVALHO PAES DE ANDRADE E AS LUTAS POLÍTICAS REGENCIAIS (PERNAMBUCO, 1831-1835)

*Manoel Nunes Cavalcanti Junior*<sup>1</sup>

Quando se fala a respeito do período regencial normalmente nos vêm à mente os conturbados dias vividos pela então recém-nascida monarquia brasileira. Entre 1831 e 1840, praticamente todas as províncias tiveram experiências de lutas intestinas, levantes, manifestações de rua, motins e distúrbios os mais diversos. Foram dias em que a luta política se incorporou ao cotidiano das pessoas, fosse por meio dos jornais, pasquins, de sociedades secretas ou até mesmo nas comemorações de datas cívicas. As paixões suscitadas naqueles anos resultaram em análises divergentes sobre o seu legado e sua natureza. Ainda no séc. XIX os conservadores enfatizaram a sua instabilidade, a desordem e a insubordinação daqueles anos. Já os liberais preferiram chamar a atenção para o que denominaram de triunfo da liberdade. Abordagens mais recentes abriram caminho para se enxergar a Regência como uma espécie de “laboratório da Nação”<sup>2</sup>. Foi um rico período onde os caminhos eram múltiplos, sendo apresentadas diferentes propostas no tabuleiro político. Todas elas, porém, giravam em torno da dicotomia entre centralização e descentralização.

Os distintos projetos de Nação postos no tabuleiro do poder regencial eram representados por três grupos que acabariam por caracterizar a política do período. Chamaremos a eles de partidos políticos no sentido dado por Marco Morel, segundo o qual partido para aquele período seria entendido como um “agrupamento em torno de um líder, ou através de palavras de ordem ou da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais etc.) entre seus participantes”<sup>3</sup>. Jeffrey Needell reforça a compreensão afirmando que a organização dos partidos era diferente do que encontramos nos nossos dias. Caracterizavam-se por um senso de liderança altamente pessoal, pela ausência de uma agenda ideológica e geral, além de uma relação com redes de parentesco e por seus apelos a interesses bem específicos, tais

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus de Vitória da Conquista. E-Mail: <manoel73@gmail.com>.

<sup>2</sup> BASILE, Marcello. “O laboratório da Nação: a era regencial (1831-1840)”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial – vol. II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 55-61.

<sup>3</sup> MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 32.

como classe, nacionalidade, etc.<sup>4</sup>.

Ainda de acordo com Marco Morel, o primeiro partido era o moderado, composto por liberais defensores de um Estado forte e centralizador. Seu núcleo girava em torno da Corte, especialmente nas províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Porém, isto não impediu que tivessem ramificações por todas as demais províncias. Após a abdicação de Pedro I, em 07 de abril de 1831, foram eles que assumiram e controlaram o poder durante o período regencial. O segundo era o dos restauradores. Existiam desde a década de 1820 e possuíam um discurso pautado pelo antiliberalismo. Defendiam um Estado centralizador e destacavam a soberania monárquica diante das noções de soberania nacional ou popular. Durante a Regência, seu mote seria a defesa do retorno de Pedro I ao trono brasileiro. O terceiro era o partido dos exaltados, caracterizados por seu ideário de valorização da soberania popular. Seus líderes usavam um discurso de chamamento das camadas pobres a que participassem da vida pública, denunciando a opressão econômica, social e étnica. Além disso, empunhavam a bandeira do federalismo e da descentralização administrativa<sup>5</sup>.

A luta pelo poder durante a Regência terá como personagens estes partidos. As disputas, aproximações e distanciamentos entre eles davam a tônica do processo político. Muitas vezes não eram as ideias defendidas que prevaleciam, mas as conveniências e os interesses do momento que ditavam as alianças e os rompimentos. Sobre a política na Corte há uma vasta e consolidada bibliografia. Para as províncias, no entanto, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas. A composição partidária da Corte foi nelas seguidas? Como se caracterizava o processo político local? E as relações entre os partidos provinciais e a Corte?

Concentraremos a nossa busca por estas respostas na província de Pernambuco, uma das mais importantes do Império e dona de relevante bancada na Câmara dos Deputados. No Norte, só tinha como rival à época a província da Bahia. Mais especificamente, tomaremos como base a trajetória política de Manoel de Carvalho Paes de Andrade após o seu retorno do exílio europeu.

Segundo Pereira da Costa, Manoel de Carvalho era filho do português Manoel de Carvalho Paes de Andrade, secretário de governo do governador José César de Menezes, com a senhora Catharina Eugênia Ferreira Maciel Gouvin. Nasceu no dia 21 de dezembro, no entanto o ano seria entre 1774 e 1778. No início do século XIX foi morar com o tio paterno em Portugal, tendo dali saído quando da invasão das tropas francesas e ido para a ilha da Madeira. De lá voltou a Pernambuco, onde se dedicou às atividades comerciais. Começou seu envolvimento com as lutas liberais pernambucanas a partir da Revolução de 1817. Participou dos clubes secretos que antecederam a eclosão do movimento e se tornou um de seus mais ardorosos republicanos. Com a derrota da Revolução, conseguiu escapar à repressão do governo real e fugiu para os Estados Unidos. Retornou a Pernambuco somente com a anistia geral promovida em 1821. Se envolveria mais uma vez na política provincial durante a vigência da Junta de Governo Provisório, sob a presidência de Gervásio Pires Ferreira. Naquela ocasião Manoel de Carvalho foi nomeado

---

<sup>4</sup> NEEDELL, Jeffrey D. "Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857". *Almanack Brasileiro*, São Paulo, n. 10, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/>> Acesso em: 14 ago. 2012.

<sup>5</sup> MOREL, *O período das...*, p. 33-38.

Intendente da Marinha, ocupando em seguida a presidência da Junta de Fazenda<sup>6</sup>.

Sua aura de herói liberal, porém, foi adquirida com o papel cumprido durante os acontecimentos da Confederação do Equador, em 1824. Desde 1821 que as elites pernambucanas estavam divididas entre dois projetos para a Nação que emergia da independência. Segundo Marcus Carvalho, estes projetos eram defendidos por dois grupos<sup>7</sup>. O primeiro era o dos *centralistas*, formado pelos partidários de Pedro I: bem articulados com o projeto pensado no Rio de Janeiro, seus integrantes eram favoráveis à união das províncias sob a batuta do príncipe regente. Tinha como integrantes muitos elementos oriundos da antiga aristocracia açucareira, despontando como líder maior o Morgado do Cabo e futuro Marquês de Recife, Francisco Paes Barreto. O segundo grupo era o dos *federalistas*, interessados principalmente em manter a autonomia provincial que havia sido conquistada com a Revolução do Porto, em 1821. Manoel de Carvalho era um dos líderes federalistas, ao lado de nomes como o de Frei Caneca. Na queda de braço entre os dois grupos, Manoel de Carvalho conseguiu ser eleito presidente da Junta Provisória e tentou ser reconhecido pelo Imperador, a quem interessava empossar seu aliado Paes Barreto. A resistência em não reconhecer as decisões da coroa e a insistência em continuar Manoel de Carvalho à frente do governo da província levaram à eclosão da Confederação do Equador. Malgrado o movimento, ele conseguiu embarcar em um navio inglês e foi se exilar na Inglaterra. O fracasso do movimento de 1824 representou a consolidação do projeto centralizador. O Morgado do Cabo e seus aliados, principalmente os Cavalcanti, ficaram com os louros da vitória e foram bem recompensados por Pedro I<sup>8</sup>. Aos perdedores, reservou-se a perseguição. Isso não impediu, porém, que continuassem durante o 1º Reinado as disputas entre centralistas e federalistas, estando aqueles no comando do poder da província e estes na oposição.

Fora do país, Manoel de Carvalho não testemunhou as mudanças trazidas à vida do Império e da província de Pernambuco pela abdicação de Pedro I em abril de 1831. Os federalistas e centralistas pernambucanos, a partir de então, se desdobraram nos quatro partidos que caracterizariam a Regência naquela província. A configuração destes partidos se assemelhou ao que ocorria na Corte. Os federalistas se dividiram entre os liberais moderados e os exaltados. Por sua vez, os antigos centralistas deram origem aos restauradores, sob a liderança de Pedro de Araújo Lima (futuro Marquês de Olinda), e ao partido dos Cavalcanti.

A existência de uma quarta força política foi o ponto fora da curva em relação ao que acontecia no Rio de Janeiro. Embora liderados pelos filhos do velho Coronel Suassuna, a força dos Cavalcanti era pautada no conglomerado de famílias que conseguiram juntar em torno de si (principalmente por laços de parentesco) e pelos

---

<sup>6</sup> COSTA, Francisco A. Pereira da. *Diccionario biographico de pernanmbucanos celebres*. Recife: Typographia Universal, 1882, p. 653-660; \_\_\_\_\_. *Anais Pernambucanos* – vol. 9. 2. ed. fac-similar. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte; FUNDARPE, 1983, p. 443.

<sup>7</sup> CARVALHO, Marcus J. M. “Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, vol. 18, n. 36, 1998, p. 331-366. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200014>> Acesso em: 04 mai. 2012.

<sup>8</sup> CARVALHO, “Cavalcantis e cavalgados...”, p. 341.

cargos que os irmãos chegaram a ocupar (três deles se tornarão senadores)<sup>9</sup>. Além disso, tinham laços familiares com políticos da própria província e de outras vizinhas, como Paraíba e Alagoas, e uma vasta rede clientelista que lhes conferia significativo poder eleitoral. Constantemente formavam uma sólida bancada na Câmara dos Deputados e na Assembleia Provincial, quando ela passou a funcionar em 1835. O resultado foi uma sólida posição nas constantes lutas pelo poder travadas em Pernambuco. Os Cavalcanti possuíam um aguçado tino político e uma grande capacidade de articular alianças. A princípio a mais natural era com os restauradores de Araújo Lima, com quem compartilhavam a origem comum no centralismo do 1º Reinado. Porém, as aproximações entre eles eram de conveniência e em muitos momentos os dois grupos se distanciariam lutando cada um por seus interesses próprios. Embora divergentes em muitas questões ideológicas, os Cavalcanti não se acanharam em alguns momentos de se aproximarem dos moderados e exaltados. Ao mesmo tempo que a necessidade política ditava uma aproximação, a movimentação política dos Cavalcanti os levou a uma certa autonomia em relação aos demais partidos.

Assim como na Corte, os liberais moderados e exaltados pernambucanos passaram a viver às turras logo após a chegada da notícia da abdicação ao Recife, no início de maio. Preocupados com uma possibilidade de ruptura da ordem, os moderados locais reconheciam as conquistas dos revolucionários, mas tentavam pôr um freio ao acirramento dos ânimos oriundo da disputa entre exaltados e os antigos aliados de Pedro I em Pernambuco. Partiu de Antônio Joaquim de Mello, então vereador e presidente da Câmara Municipal de Recife, a ideia de criação de uma sociedade voltada a defender os princípios ligados à moderação e que combatesse o revanchismo que se tornava uma realidade com a gangorra política provocada na província pela abdicação. Foi instalada em Recife, no dia 2 de junho de 1831, a Sociedade Patriótica Harmonizadora, em torno da qual se uniram os elementos que comporiam o partido moderado em Pernambuco. Era formada por altos funcionários, proprietários rurais e ricos comerciantes. Aliados dos moderados da Corte que assumiram o controle da Regência, os moderados locais foram alçados ao comando do poder provincial.

Assim como na Corte, os exaltados pernambucanos se viram afastados dos postos de comando na província. Fiéis aos ideais federalistas, de autonomia provincial e, para uma parte deles, dos anseios republicanos, os exaltados locais também partiram para a criação de uma Sociedade que defendesse seus princípios e fosse um contraponto à Harmonizadora dos moderados. No dia 16 de outubro de 1831, era solenemente instalada em Recife a Sociedade Federal. Sua composição era relativamente heterogênea. Havia militares, membros da Guarda Nacional, comerciantes, agricultores, juízes, advogados, professores e alunos do curso de Direito em Olinda. Muitos veteranos da Confederação de 1824 se integraram a ela.

Os que mais padeciam com a nova composição do poder em Pernambuco eram

---

<sup>9</sup> Os irmãos Cavalcanti eram: Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca), Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (Visconde de Camarajibe). Os três últimos foram Senadores por Pernambuco.

os restauradores locais. Em sua maioria antigos aliados de Pedro I, viram-se na situação de perder os postos de comando que até então possuíam. Pior: muitos dos que perseguiram após 1824 agora se assenhoravam do poder, pintando de cores carregadas o fantasma do revanchismo. Os Cavalcanti, que a princípio também tinham muito a perder, não perderam tanto. Tentavam ao máximo compor com os novos donos da situação e preservar, assim, o prestígio que vinham acumulando com o decorrer dos anos. Sinal disto foi o fato de que um dos irmãos, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Suassuna), ter sido sempre nome certo entre os membros do Conselho do Governo e estar entre os vice-presidentes da província.

Manoel de Carvalho voltou do exílio na Inglaterra depois de sete anos. No dia 11 de dezembro de 1831 desembarcou em Recife, onde uma grande multidão o aguardava e o acompanhou em cortejo até o seu sítio na Soledade, região da freguesia da Boa Vista. Na noite seguinte uma multidão ainda maior foi ao seu encontro com música e fogos de artifício. Segundo Pereira da Costa, os festejos duraram dias. Por sua vez, o periódico exaltado *A Bússola da Liberdade* destacava: “todos os Federais exultam com a sua presença”<sup>10</sup>. Não apenas os exaltados pernambucanos celebravam a volta de Manoel de Carvalho. Os da Corte também festejaram. O periódico exaltado *A Matraca dos Farroupilhas*, escrito por João Batista de Queiroz, celebrava a chegada a Pernambuco do “herói Manoel de Carvalho Paes de Andrade”, a quem também chamava de “Washington do Brasil” e de quem esperava ser um dos salvadores da Nação. Colocava-o ao lado do lendário Cipriano José Barata de Almeida, como sendo as duas maiores notabilidades brasileiras<sup>11</sup>. Seu prestígio fora de Pernambuco também pode ser medido pelo fato de que havia quem dividisse os partidos em São Paulo apenas em dois: um “desprezível, pequeno, faccioso e europeu”, ligado à “sucia Feijó, Paula Sousa, Costa, José dos cacós etc.”; o outro era de “Republicanos da Federação do Equador”, que contavam com Manoel de Carvalho para que fizesse a mesma coisa que havia feito em 1824<sup>12</sup>.

O clima político em Pernambuco em fins de 1831 era tenso. Em setembro a capital foi palco de um levante promovido pela soldadesca descontente com a desmobilização promovida pelo governo e os pagamentos de soldos com base na moeda falsa de cobre, o *xenxen*. Por dois dias os principais bairros de Recife (Santo Antônio Recife e Boa Vista) foram tomados por soldados sublevados que promoviam saques e espancavam a quem se lhes opusesse. A eles se juntaram escravos e a “populaça”. A força governista, formada por jagunços, estudantes de Direito e oficiais de linha, dentre outros, não teve dificuldades em dominar uma tropa, na sua maior parte, bêbada ou de ressaca. Mais de mil pessoas foram presas, entre soldados, populares e escravos. Estes eventos dos dias 14 e 15, que passariam à posteridade com o nome de *Setembrizada*, levaram as elites a temerem por um processo de haitinização da província.

Um dos desdobramentos da *Setembrizada* foi a demissão por parte da Regência

<sup>10</sup> COSTA, *Diccionario biographico...*, p. 653-660. *Bússola da Liberdade*, Recife, 14 dez. 1831, p. 03.

<sup>11</sup> *A Matraca dos Farroupilhas*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1832, p. 03 e 05. Ver também: *A Matraca dos Farroupilhas*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1832, p. 07.

<sup>12</sup> *A Matraca dos Farroupilhas*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1832, p. 06.

do Comandante das Armas, Brigadeiro Francisco de Paula e Vasconcelos, que era ligado aos exaltados. A razão seria sua desmoralização frente aos acontecimentos de setembro. Para o seu lugar foi nomeado o Coronel Francisco Jacinto Pereira, que se notabilizou pela sua atuação na repressão ao movimento<sup>13</sup>. O fato provocou um amplo debate na imprensa, com federalistas fazendo sua defesa e moderados apoiando a decisão do governo central.

Não foi, portanto, coincidência que aos quinze dias do mês de novembro elementos ligados aos exaltados promovessem outro motim, agora no Forte das Cinco Pontas, lado sul do Bairro de Santo Antônio. O movimento passaria à posteridade com o nome de *Novembrada*. Seus principais líderes foram o Capitão Antônio Afonso Viana e o 2º Tenente João Machado Magalhães. Apoios importantes foram conseguidos pelos amotinados, como o do Comandante da Guarda Municipal, Major Francisco Antônio dos Santos. Ele era um dos militares condenados em 1824 e anistiado após o 7 de abril, sendo nomeado logo em seguida para a chefia da Guarda Municipal. Chegou a ser preso por conta de seu envolvimento na *Novembrada*, mas solto logo em seguida. Um documento com reivindicações dos amotinados foi enviado ao governo. Basicamente pediam a demissão de oficiais e de portugueses ainda integrantes da 1ª linha. Além disso, para completar o quadro do caráter antilusitano da insurreição, reivindicavam a expulsão de todos os portugueses solteiros que possuíssem menos de dois contos de réis em rendas ou bens, justamente os imigrantes mais modestos. Como afirma Marcus Carvalho, era uma reivindicação muito popular, pois liberaria vagas de trabalhos para os brasileiros mais pobres<sup>14</sup>. O motim só acabou depois que o Presidente da Província, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, irmão de Manoel de Carvalho, se comprometeu a atender as reivindicações, coisa que fez apenas parcialmente.

O retorno de Manoel de Carvalho, portanto, se deu menos de um mês depois da *Novembrada*. As brasas do motim ainda estavam ardendo. O Major Francisco Antônio dos Santos, preso em um navio, foi cumprimentado por Carvalho quando este passava em direção à terra firme, levado por um escaler<sup>15</sup>. O herói de 1824 tratou logo de se unir àqueles que o receberam de braços abertos. Ainda no início de 1832, o então presidente da Sociedade Federal, o padre João Barbosa Cordeiro, desligou-se da presidência e a repassou ao ex exilado.

Foi presidindo os federalistas que Manoel de Carvalho testemunhou a eclosão de outro motim em Recife, que ficaria conhecido como *Abrilada*. Em 14 de abril de 1832 estourou um levante promovido por áulicos e portugueses descontentes com a perda de poder e demissões promovidas desde a abdicação de Pedro I. Seu líder foi Francisco José Martins, um dos oficiais demitidos em maio de 1831. Outros oficiais se juntaram à rebelião, além de caixeiros portugueses preocupados com a possibilidade de serem deportados. O objetivo dos amotinados era derrubar o presidente da província, Francisco de Carvalho Paes de Andrade, e se possível

---

<sup>13</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. *A guerra dos cabanos*. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005, p. 36.

<sup>14</sup> CARVALHO, Marcus J. M. "Movimentos sociais: Pernambuco (1831-1848)". In: GRINBERG, & SALLES, *O Brasil Imperial*, vol. II, p. 138 e p. 145.

<sup>15</sup> *Bússola da Liberdade*, Recife, 14 dez. 1831, 04.

também o Comandante das Armas. Os Cavalcanti deram um velado apoio aos amotinados, a ponto de o engenho Suassuna ter sido local de reuniões que precederam o levante. Até mesmo o Marquês de Recife e outros nomes abastados da província apoiaram o movimento. Mais uma vez as tropas governistas conseguiram derrotar os amotinados e seus líderes fugiram se dispersando pelo interior. Dos desdobramentos da *Abrilada* surgiria a Guerra dos Cabanos. Iniciada como um levante restauracionista, a guerra degradingolou em um levante com participação maciça de escravos, índios e homens livres pobres<sup>16</sup>.

Os dados mostram o quanto era elevado o prestígio de Manoel de Carvalho junto ao eleitorado pernambucano. Os sete anos de ausência da vida pública da província não o afetaram. Pelo contrário, parecia que ele estava mais forte do que nunca. Onde seu nome era posto, sua eleição se tornava garantida. Começou pela aclamação à presidência da Sociedade Federal. Em seguida foi alçado ao posto de juiz de paz da freguesia da Boa Vista, onde residia. Conquistou o lugar de Comandante da Legião da Guarda Nacional de Recife. Em 1833 foi eleito deputado geral com a segunda melhor votação entre os treze deputados eleitos, ficando à frente de nomes como os dos irmãos Cavalcanti (Holanda e Luiz Francisco), Venâncio Henriques de Rezende e Araújo Lima. Os pernambucanos ainda o fizeram o conselheiro mais bem votado para compor o Conselho do Governo, o que o tornava, segundo a legislação, o 1º vice-presidente da província. Por fim, os paraibanos o colocaram em uma lista tríplice para o senado. Acabaria sendo o escolhido pela Regência e confirmado pela Carta Imperial de 11 de janeiro de 1834, ocupando a vaga deixada pela morte do senador Estevão José Carneiro da Cunha.

Para completar a ascensão política de Manoel de Carvalho após o seu retorno do exílio, faltava apenas voltar ao posto do qual foi defenestrado em 1824: a Presidência da província. E nem isso demorou muito a acontecer.

O ano de 1834 começava desalentador. Ocupava a cadeira de Presidente da província o pernambucano Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque. Tinha sido empossado há bem pouco tempo, no dia 6 de dezembro de 1833. Primo dos irmãos Cavalcanti e Desembargador da Relação de Pernambuco, era deputado geral em segundo mandato. Sua nomeação para o cargo mais importante da província foi construída ainda entre setembro e outubro daquele mesmo ano. Parece ter sido uma aposta do então Ministro do Império do Gabinete de 23 de maio de 1833, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Visconde de Sepetiba). Outros dois nomes estavam sendo cogitados: os irmãos Sebastião e Francisco do Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista). Os três eram ligados aos Cavalcanti, mas a nomeação de Francisco de Paula desagradou a Holanda Cavalcanti, pois não fora consultado sobre esta decisão. Na verdade, ele e Aureliano não se relacionavam bem, conforme versão do próprio Holanda. Este preferiria que Sebastião do Rego Barros tivesse sido o escolhido. Era um momento de incertezas e uma época não muito propícia para os Cavalcanti na corte. Mesmo contrariado, Holanda viu a

---

<sup>16</sup> CARVALHO, Marcus J. M. “Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os ‘jacubinos’: a Cabanada, 1832-1835”. In. DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 167-200.

nomeação de seu primo Francisco ser consumada.

Para liberais moderados e exaltados pernambucanos a chegada de um presidente da província ligado aos Cavalcanti não era algo bom, pois a boca miúda circulavam boatos de que os Suassuna estavam por trás do apoio aos cabanos. Deveriam ficar desconfiados, mesmo com o fato de Holanda não estar satisfeito com a nomeação. Talvez a intenção de Aureliano fosse a de provocar um racha no grupo do seu desafeto com um elemento de dentro da própria facção Cavalcanti. O fato, porém, foi que Francisco de Paula assumiu o poder enfraquecido politicamente. Some-se a isto seu temperamento. De acordo com o Comandante das Armas da época, José Joaquim Coelho, o próprio Paula de Almeida lhe havia dito que não era dotado “daquela disposição necessárias aos governantes em crises arriscadas”<sup>17</sup>.

As autoridades em Recife se viam às voltas com o recrudescimento da guerra que se desenrolava em Panelas e Jacuípe. A luta caminhava para completar dois anos e as perspectivas para o governo não eram nada animadoras. Os cofres públicos estavam exauridos. Os cabanos pareciam fortalecidos, recebendo apoio tanto de pessoas em Recife quanto, até mesmo, de indivíduos dentro das tropas do governo<sup>18</sup>. Uma anistia aprovada por deputados e senadores e publicada pela Regência em fins de 1833 não adiantou nada. Pior: alguns críticos disseram que só serviu para reforçar os cabanos: “[...] não aceitaram a anistia, e foi seu só efeito dar-lhes tempo e lugar para se reforçarem, rearmarem, e abastecerem”<sup>19</sup>. Era preciso que o governo fosse mais duro: “Os cabanos não querem anistia, nem paz; porém sim sangue, destruição, mortes: destruição, morte, fogo, e ferro se lhes leve, e seja d’um a outro confim da Província único e, geral o grito – guerra de morte aos Cabanos”<sup>20</sup>.

A apreensão aumentou ainda mais com a notícia sobre cartas interceptadas vindas do Rio de Janeiro articulando os restauradores da corte com os restauradores locais. As correspondências eram do General Abreu e Lima para o seu irmão Luiz Roma. Elas começaram a ser publicadas pelo *Diário de Pernambuco* no dia 12 de janeiro. Davam a entender que os irmãos Roma se comunicavam desde pelo menos setembro de 1833. Na carta escrita em 20 de novembro de 1833, Abreu e Lima recomendava que Luiz apressasse o golpe. Desejava ir logo para Pernambuco, mas cumpriria a promessa de somente viajar depois de receber o seu aviso. Tinha mais de 20 bons oficiais, tanto de Cavalaria como de Caçadores, que iriam com ele. Na sua visão, o Norte decidiria o problema. Orientava para que Luiz tentasse levar os cabanos a um objetivo único e assim conquistar uma primeira vitória. A adesão de Abreu e Lima ao partido seria a senha para um movimento geral<sup>21</sup>.

A primeira reação a estas notícias de conspiração partiu do Coronel Francisco Jacinto Pereira, do Capitão José Maria Ildefonso Jacome da Veiga Pessoa, Comandante interino da Fortaleza do Brum, e do juiz de paz José Higino de Miranda. Os três enviaram uma representação à Câmara Municipal pedindo que o Presidente da província e o Conselho tomassem medidas efetivas para combater a

<sup>17</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 jun. 1835, p. 01-02.

<sup>18</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 jan. 1834, p. 01-02; 29 jan. 1834, p. 01-02.

<sup>19</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 jan. 1834, p. 01.

<sup>20</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 jan. 1834, p. 01.

<sup>21</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 jan. 1834, p. 01-02.



ameaça. A partir disto, os vereadores encaminharam um ofício à Presidência no dia 15 de janeiro. Recomendavam, inicialmente, que ao Chefe das forças legalistas no Ponto de Panelas fosse dado maior poder de decisão para enfrentar os revoltosos. Em segundo lugar, havendo pessoas já pronunciadas e presas na cidade como sendo restauradores, e para não permitir que animem “tão detestável partido”, pediam que fossem remetidos o quanto antes para a Ilha de Fernando todos os presos envolvidos na Abrilada e os Roma já pronunciados pelo Promotor Público. Em terceiro lugar, lembravam que fossem dadas as ordens necessárias para a captura do General Roma (Abreu e Lima), já pronunciado como conspirador, oficiando aos Presidentes de Alagoas e Bahia e demais autoridades competentes, impedindo-o de se juntar aos insurgentes de Panelas. Em quarto lugar, que fosse empossado o quanto antes o Conselho do Governo eleito para aquele ano, pois as medidas urgentes e necessárias a serem tomadas exigiam um novo fôlego, coisa que o antigo já não possuía. Finalizam solicitando medidas policiais de vigilância, por parte dos juízes de paz, em relação aos suspeitos de conivência com os conspiradores<sup>22</sup>.

Foi então que os exaltados aproveitaram para pôr em marcha um golpe que levaria Manoel de Carvalho à Presidência. Na manhã do dia 16 de janeiro, guardas nacionais dos Batalhões de Olinda e das freguesias de Santo Antônio, Boa Vista e de Recife se reuniram no Campo dos Canecas (Largo de Nossa Senhora do Terço). Segundo o Comandante das Armas de então, José Joaquim Coelho, ele havia recebido informações desta reunião ainda na noite do dia anterior. O plano tinha sido elaborado pelos irmãos Machado Rios, Antônio e Francisco, tenentes-coronéis da Guarda Nacional e líderes ligados aos exaltados. Prontamente o Comandante das Armas informou ao presidente da província e lhe sugeriu tomar medidas imediatas para dissolver o ajuntamento no seu início. Para desarmar os guardas nacionais, pediu-lhe autorização e um documento onde o presidente se responsabilizaria pelo que ocorresse. Achando que poderia desarmá-los sem derramamento de sangue, Paula Almeida não acatou a sugestão e resolveu esperar pelo dia seguinte para ver o que pretendia aquela gente reunida. Ainda de acordo com o relato de Joaquim Coelho, os guardas nacionais se reuniam acobertados por uma ordem que os Carneiros obtiveram do então vice-presidente e também conselheiro Joaquim José de Miranda, colocando-se à disposição dos juízes de paz<sup>23</sup>.

Este detalhe da ordem do governo dá mostras do grau de articulação dos amotinados. Na sessão extraordinária do Conselho do dia 15 de janeiro o assunto foi posto em pauta. Dá-se a entender que o governo autorizou os Comandantes dos três Batalhões que compunham a Legião da Guarda Nacional de Recife a porem seus soldados à disposição dos juízes de paz visando a manutenção da tranquilidade de seus distritos. Uma dúvida pairava no ar: teria o vice-presidente Miranda dado a ordem? Como não se fazia presente à sessão, deliberou-se por encaminhar ao conselheiro Miranda um ofício no sentido de saber se de fato aquilo era verdade, uma vez que a cópia de posse do Conselho não tinha a autenticação de sua assinatura. De qualquer forma, sendo o ofício forjado ou não, o que isso nos indica é o fato dos conspiradores terem aproveitado um momento, na verdade algumas horas, em que Paula Almeida estava temporariamente afastado

<sup>22</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 jan. 1834, p. 01.

<sup>23</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 jun. 1835, p. 01-02.

da presidência. Vale ressaltar o nenhum esforço que o Comandante da Legião de Recife fez para que seus subordinados dispersassem o ajuntamento. Era ele justamente Manoel de Carvalho Paes de Andrade.

A falta de firmeza do presidente permitiu que a manifestação aumentasse e inviabilizou, àquela altura, qualquer medida por parte do Comando das Armas. Ainda mais pelo fato de que pessoas influentes empregavam todos os meios de persuasão para o sucesso daquele movimento. Os guardas nacionais do ajuntamento também contavam com a proteção de praticamente todos os juizes de paz. Essa associação se torna mais clara pelo fato de ter sido a Junta de Paz quem enviou ao Conselho a requisição dos Comandantes dos Batalhões da freguesia da Boa Vista e Olinda “e mais Oficiais das Guardas Nacionais nela assinados”<sup>24</sup>. Eles redigiram um manifesto aos “dignos e livres pernambucanos”. Consistia este documento em quatro artigos, muito semelhantes às reivindicações da Câmara Municipal. Entre eles, exigiam que fossem removidos para a Ilha de Fernando de Noronha todos os portugueses, brasileiros natos e adotivos, tidos pela opinião pública como restauradores e coniventes com os “salteadores” de Panelas e Jacuípe; que o Governo empregasse toda a força necessária e a que pudesse obter para reforçar a tropa legalista na Guerra de Panelas. Os reunidos alertavam o governo contra qualquer medida hostil que por acaso tomasse para frustrar a execução destes artigos, se comprometendo a manterem a ordem, a obediência à lei e o respeito às autoridades constituídas. Por fim, não se responsabilizariam pelos “terríveis efeitos que resultarem desta reunião”, se acaso o Governo não atendesse as suas súplicas e quisesse tomar medidas contrárias<sup>25</sup>.

Paula Almeida ainda tentou controlar a situação. Convocou extraordinariamente o Conselho do Governo no dia 15 para deliberar sobre as representações recebidas e avaliar a situação. Diante da gravidade dos fatos, os Conselheiros resolveram empossar o novo Conselho e tornar a reunião permanente, caso houvesse necessidade de tomar medidas de salvação pública. O presidente enviou um ofício aos guardas nacionais, chamando-os a obedecerem à lei e a se recolherem. Prometia que medidas seriam tomadas em acordo com o Conselho que estava reunido. Estando presentes nele os novos conselheiros e deputados gerais que se encontravam em Recife, Francisco de Paula Cavalcanti e os irmãos Rego Barros, Francisco e Sebastião, esforçavam-se para sustentar a dignidade do governo. Vendo-se sem apoio político, Paula Almeida, no dia 17, deu parte de doente e entregou a Presidência ao Conselheiro mais votado, o vice Manoel de Carvalho Paes de Andrade<sup>26</sup>. O herói de 1824 retornava, assim, ao comando da província.

Era fundamental aos exaltados ter um homem considerado aliado à frente do principal cargo da província. Esperavam, assim, ter seus interesses atendidos através do acesso ao poder. Especialmente para os irmãos Francisco e Antônio Carneiro Machado Rios, isto significava conquistar cargos. Estar bem inserido na máquina governamental representava a possibilidade de ganhos materiais e exercer

---

<sup>24</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 jun. 1834, p. 02-03. PERNAMBUCO. Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano – APEJE. *Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834)*. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco; CEPE, 1997, vol. 2, p. 276.

<sup>25</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 jan. 1834, p. 01-02. PERNAMBUCO, *Atas do Conselho...*, p. 276-277.

<sup>26</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 jan. 1834, p. 01-02; 20 jun. 1835, p. 01-02.

influência sobre um grande número de pessoas. Sobre a primeira questão, Paulo Henrique Cadena demonstrou em seu estudo que a política gerava dividendos<sup>27</sup>. Antônio Carneiro estava envolvido com obras públicas desde, pelo menos, 1832. Em sessão da Câmara Municipal de Recife de 03 de março do mesmo ano, ele foi autorizado a receber dos cofres públicos a quantia de 98\$220 réis por parte da obra na ponte da Madalena, da qual era arrematante. Já em 1835, seus adversários o acusavam de ter recebido mais de seis contos de réis e não ter feito praticamente nada naquela obra<sup>28</sup>. Sem falar que a riqueza herdada pelos Machado Rios estava entrando em declínio neste período, fato não negado por eles: não diminuía com “jogos, bebedeiras, e Inglesas, mas sim com socorros que desde 17 prestam a aquelas pessoas, que são reduzidas a indigência pelo chimanguismo [...]”<sup>29</sup>. No que diz respeito à influência sobre outros, os irmãos procuraram fortalecer posições na linha de comando da Guarda Nacional. Ela foi usada pela primeira vez em Pernambuco como instrumento de luta partidária na reunião do Campo dos Canecas. Provou-se ali a sua eficiência na luta política. Para o futuro, as perspectivas se mostravam animadoras. Controlar a Guarda Nacional seria elemento essencial para as elites políticas.

Uma vez à frente do governo provincial, as primeiras medidas tomadas por Manoel de Carvalho foram no sentido de atacar a ameaça representada pelos restauradores e fortalecer as tropas governistas no campo de guerra em Panelas e Jacuípe. Conforme o prometido, ele deu ordens para enviar a Fernando de Noronha os implicados com o movimento restaurador. Segundo o *Diário de Pernambuco*, foram 68 pessoas. Entre eles estavam dois dos irmãos de Abreu e Lima: Luiz e João Roma. Para o campo de batalha preparou-se um reforço de mais de mil praças. Foram mobilizados Batalhões da Guarda Nacional de Recife, Olinda, Goiana, Afogados, Poço da Panela e Casa Forte. Somados a eles, soldados do Corpo de Municipais Permanentes, uma espécie de polícia do município de Recife. Esta Legião teria à frente do seu comando o Tenente Coronel Antônio Carneiro Machado Rios. Comandando um dos Batalhões estava o seu irmão, Francisco. A tropa ainda seria reforçada por soldados de 1ª linha de Pernambuco e da Paraíba<sup>30</sup>. Na manhã do dia 1º de março, todo o contingente embarcou em direção a Água Preta. Manoel de Carvalho seguiu a tropa, fazendo do Acampamento em Limeiras a sede temporária do governo e de lá retornando somente em junho.

O Presidente recebeu pleno apoio da Regência em suas ações. Foi autorizado a “lançar mão de todas as medidas, que lhe possam ocorrer, e pareçam profícuas”. Uma delas foi a suspensão de habeas corpus para os presos e os coniventes

---

<sup>27</sup> Quando morreu, o Coronel Suassuna deixou para cada filho 833\$166 réis. Um dos filhos, Francisco de Paula (futuro Visconde de Suassuna), ficou com parte do Engenho Suassuna. Este, quando morreu em 1880, tinha sete engenhos e um palacete. Outro irmão, Pedro Francisco (futuro Visconde de Camaragibe) morreu em 1875 dono de três engenhos. CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque* (Pernambuco, 1801 – 1844). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013, p. 22-23, p. 82-87.

<sup>28</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 14 mar. 1832, p. 02. *O Velho Pernambucano*, Recife, 19 mar. 1835, p. 05; 4 abr. 1835, p. 21.

<sup>29</sup> *A Razão e a Verdade*, Recife, 28 fev. 1835, p. 35.

<sup>30</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 fev. 1834, p. 04. *A Quotidiana Fidedigna*, Recife, 1º mar. 1834, p. 02-04.

que fossem recolhidos a sua ordem ou a ordem do Presidente da Província de Alagoas. Chegou ainda a anunciar recompensa em dinheiro para qualquer que apresentasse, vivo ou morto, líderes cabanos. Se fosse um dos revoltosos, além do dinheiro ganharia o perdão por seus “crimes”<sup>31</sup>.

As medidas adotadas por Manoel de Carvalho surtiram efeito. As tropas reavivaram sua moral e as notícias de vitórias chegavam à capital. Ao mesmo tempo, os relatórios das incursões nas matas de Pannels e Jacuípe publicados pelos jornais mostravam a carnificina e o horror em que estava se transformando a guerra. Narrando a exploração feita ao acampamento dos cabanos em Castelhana, em 28 de abril, o Comandante do Corpo, Francisco Manoel Accioli, dizia que para contar o número de mortos, os soldados lhe traziam as orelhas dos cadáveres. Mas este método não era exato, pois ele mesmo encontrou muitos outros cadáveres na mata, “já bastante arruinados, e com ambas as orelhas”<sup>32</sup>. O Capitão Sebastião Lins Wanderley disse ter visto em um grupo de prisioneiros, crianças expirando de fome, mulheres esqueléticas e cobertas apenas de trapos imundos, “em cujos semblantes apareciam visivelmente os caracteres da fome, e da desgraça!”<sup>33</sup>. As cenas pareciam ser tão terríveis que mexiam com o ânimo de certos oficiais. O Comandante em Chefe das Forças da Província de Pernambuco, Joaquim José Luiz de Souza, em ofício para o Comandante das Armas, disse que em um grupo de cabanos trazido ao acampamento havia algumas mulheres e crianças, “em estado tal de doença, e de fome, que faz comover o coração do homem mais insensível”. Desde que foi comandar as tropas de Alagoas tem visto estas cenas, o que torna o seu Comando um peso. Sente como que isso fosse uma punição aos seus erros, e que caso fosse dispensado deste Comando o receberia como uma recompensa<sup>34</sup>. Para outros oficiais a solução seria outra. José Thomaz Henriques, Comandante Geral das Forças de Alagoas, questionava em ofício: “Estes Cabanos de qualquer sexo, que se apresentam; para que não exterminá-los do meio de nós; para que não botá-los para o inferno? Nossa piedade caro nos tem custado...” E mais adiante completava: “Vou dar por aqui as providências para cessar o mal, e pedir ao Exm. Snr. Camargo (Presidente da Província de Alagoas) o extermínio destes demônios do meio de nossas forças”<sup>35</sup>.

O fato é que em junho Manoel de Carvalho retornava ao Recife e a vitória sobre os cabanos era dada como certa. A ameaça de uma vitória de restauradores fora praticamente afastada. Ele assumiria oficialmente a Presidência no dia 3 de junho, cumprindo a Carta da Regência de 22 de fevereiro que o nomeara para o cargo. Em comemoração, o Teatro de Recife apresentou no domingo 22 de junho a peça “A Rusga da Praia Grande ou o Quixotismo do General da Massas!!!”, ocasião em que o Presidente Manoel de Carvalho seria ovacionado.

Vencidos os restauradores, o desafio de Manoel de Carvalho foi o de lidar com os exaltados, especialmente com os irmãos Carneiros. Muito cedo os exaltados pernambucanos perceberiam que suas jornadas de janeiro de 1834 seriam a sua

---

<sup>31</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 02 mai. 1834, p. 01; 28 abr. 1834, p. 01.

<sup>32</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 07 mai. 1834, p. 01-02.

<sup>33</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 17 mai. 1834, p. 01-02.

<sup>34</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 mai. 1834, p. 01.

<sup>35</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 13 mai. 1834, p. 01.

*journal des dupes*. O sonho de governar junto com Manoel de Carvalho não se concretizaria, pois o republicano de 1817 e 1824 se mostraria mais monarquista e moderado do que seus amigos federalistas esperavam.

Os sinais de que Manoel de Carvalho já não era o mesmo da Confederação do Equador começaram cedo, mas os exaltados pernambucanos não se deram conta. Republicanos paulistas, no início de 1832, estranhavam o “quietismo” de Carvalho, esperando que ele agisse, no seu retorno do exílio, da mesma forma como agiu em 1824<sup>36</sup>. A sua eleição como senador pela Paraíba dava mostras de sua aproximação com os moderados. Naquela província os moderados locais tinham como um de seus principais nomes o deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha. Segundo o exaltado carioca João Batista Queiroz, Carneiro da Cunha já tinha feito o irmão de Paes de Andrade, Francisco de Carvalho, seu pupilo. Dá a entender também que o político paraibano enviava emissários a fim de assediá-lo Manoel de Carvalho, a quem João Batista aconselhava a não lhes dar ouvidos<sup>37</sup>. A inclusão do nome de Carvalho na lista dos candidatos ao senado pela Paraíba e sua escolha por parte da Regência deram mostras de que o assédio dos moderados paraibanos produziu resultados. A própria Carta Imperial que o confirmou na Presidência de Pernambuco, datada de 22 de janeiro de 1834, dá mostras de que ele já era homem de confiança da Regência. O documento destacava seus “distintos merecimentos, patriotismo, adesão à Sagrada causa deste Império, e mais qualidades recomendáveis, que concorrem na vossa pessoa”<sup>38</sup>.

Uma vez percebendo que Manoel de Carvalho governava com o apoio dos moderados da Corte e de seus aliados locais, os exaltados pernambucanos começaram a lhe fazer oposição e se uniram aos Cavalcanti e ao grupo de Araújo Lima contra o Presidente. Formou-se uma frente oposicionista até então considerada impossível de existir. Um comunicado inserido no *Diário de Pernambuco* de 26 de agosto comentava uma notícia do jornal exaltado *Bússola da Liberdade*, onde se afirmava que Manoel de Carvalho seria demitido da Presidência. Segundo o *Diário*, o Presidente tinha crédito no partido chimango. Na Câmara dos Deputados ele era acusado e insultado pelos Cavalcanti e por outros membros da oposição que não eram chimangos. Na Província, quem lhe fazia oposição não eram os chimangos (que o defendiam e o sustentavam), mas os que seguiam o credo da *Bússola* e os que faziam oposição por princípios opostos aos da *Bússola*, mas que tinham a simpatia deste. Em resumo, eram os exaltados e os restauradores<sup>39</sup>.

O rompimento definitivo entre Manoel de Carvalho e os exaltados se deu em outubro. O Tenente Coronel Antônio Carneiro entrou em choque com o Comandante em Chefe das Forças de Água Preta, Joaquim José Luiz de Sousa, ao criticar algumas de suas ações. Dentre elas estava a nomeação de Comissões Militares contra autoridades legítimas. Segundo Antônio Carneiro, tais Comissões passavam por cima da autoridade dos juizes de paz nas localidades e agiam de forma autoritária, provocando a desunião no combate aos cabanos. Depois de uma troca de ofícios desafortunados entre os dois oficiais, a presidência interviu em

<sup>36</sup> *A Matraca dos Farroupilhas*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1832, p. 03.

<sup>37</sup> *A Matraca dos Farroupilhas*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1832, p. 03 e p. 05.

<sup>38</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 09 abr. 1834, p. 01.

<sup>39</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 26 ago. 1834, p. 01-02.

14 de novembro, ordenando que Antônio regressasse ao Recife juntamente com os guardas nacionais que estavam sob o seu comando<sup>40</sup>. Na queda de braço entre comandantes militares, o Carneiro levou a pior.

Os adversários de Manoel de Carvalho começaram a se movimentar nos bastidores para tramar sua deposição à força. Houve um boato sobre uma rusga que aconteceria no dia 7 de setembro, mas que acabou não se confirmando. O clima era de conspiração. Os irmãos Machado Rios passaram a usar sua influência sobre os Guardas Nacionais de Recife para tentar reeditar a reunião de janeiro que depôs Francisco de Paula. Caso Manoel de Carvalho saísse, quem assumiria a Presidência interinamente seria um dos Cavalcanti, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, um dos cabeças da facção que estava unida aos exaltados na oposição ao governo.

Os irmãos Carneiro aproveitaram a polêmica em torno da mudança no Comando das Armas para colocar o plano em prática. Em outubro a Regência decidiu substituir o então Comandante das Armas, Tenente Coronel José Joaquim Coelho, pelo também Tenente Coronel Antônio Correia Seara. Este também era Deputado Geral pela Província do Pará. A nomeação foi fortemente combatida pelos moderados pernambucanos, principalmente pelas páginas do *Diário de Pernambuco*. O problema em relação a Seara era, principalmente, sua atuação na época da Confederação do Equador. A princípio liberal, acabou por debandar para o lado das tropas do Imperador. Destacou-se por sua perseguição e violência contra os confederados. A Câmara Municipal de Recife encaminhou ao Presidente da Província uma representação se colocando contrária à sua posse, tendo sido atendida pelo Conselho que decidiu por não empossá-lo e deixar José Joaquim à frente do Comando das Armas, isso enquanto representavam ao Governo Central explicando os riscos de levar adiante aquela nomeação<sup>41</sup>.

Os irmãos Carneiro tentariam usar a parada militar do dia 2 de dezembro, em homenagem ao aniversário de Pedro II, para sublevar, mais uma vez, os Guardas Nacionais e forçar o governo a atender suas reivindicações. Uma proclamação foi espalhada pela cidade, falando de uma representação que seria enviada a Manoel de Carvalho para que desse posse a uma terceira pessoa, e não conservar no Comando das Armas o José Joaquim Coelho. A justificativa passava pelo fato deste ter cometido os mesmos crimes de Seara em 1824 e ser português de nascimento. Conservá-lo era privilegiar um brasileiro adotivo em detrimento de um brasileiro nato. Desta vez a reunião não teve sucesso, pois no dia da parada a maior parte dos oficiais não aderiu<sup>42</sup>.

Este evento mostra como as questões ideológicas eram facilmente colocadas de lado e as conveniências e interesses das facções ditavam as alianças e rompimentos na vida política da província, quiçá do Império. O mais lógico seria a oposição dos exaltados a Seara, por tudo o que ele representava de opressão contra os liberais que lutaram em favor da Confederação de 1824 e dos seus ideais. E os irmãos Machado Rios, juntamente com o seu grupo político, se consideravam herdeiros destes ideais. No entanto, o importante era desestabilizar o governo provincial e

<sup>40</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 nov. 1834, p. 02; 06 nov. 1834, p. 03; 19 nov. 1834, p. 01.

<sup>41</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 06 nov. 1834, p. 01; 07 nov. 1834, p. 01-02; 17 nov. 1834, p. 02.

<sup>42</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 dez. 1834, p. 01-02.

retirar do poder Manoel de Carvalho.

Frustrada a tentativa de reunião dos guardas nacionais, a reação do Presidente foi a de suspender Francisco Carneiro do comando da Legião de Recife e do seu posto de tenente coronel pelo prazo de um ano. Considerando a medida ilegal, Francisco decidiu resistir. Seus sentimentos, de fato, não eram dos melhores. Boatos corriam dizendo que ele andava prometendo vingança, motivado por uma rusga com alguns cidadãos que chamava de “Pais da Pátria” e que se opuseram aos seus planos do dia 2<sup>43</sup>. Foi nesta época que abriu sua tipografia e passou a imprimir o periódico *A Razão e a Verdade*, que serviu de meio para propagar as ideias dos exaltados e atacar Manoel de Carvalho.

Por meio de seu jornal, os Carneiros retomaram um lema que foi muito utilizado pelos revolucionários de 1824: a luta contra a reescravização das províncias, especialmente Pernambuco, pelo Rio de Janeiro. Se naquele ano o vilão era D. Pedro I, em 1834/ 1835 o papel cabia aos chimangos ou moderados que controlavam o governo regencial na Corte. Na sua edição de 28 de fevereiro de 1835, o jornal de Francisco Carneiro, já com Antônio da Silva Santiago como redator, acusava os chimangos do Rio de buscarem subordinar as Províncias à sua revolução, se sustentando por meio da intriga e da aberta perseguição aos liberais. Ainda segundo o redator, as províncias tinham que se libertar deste jugo. No caso de Pernambuco, de retirar um presidente despótico que servia de mero instrumento aos chimangos<sup>44</sup>.

Para *A Razão*, Manoel de Carvalho não possuía autonomia, sendo dirigido nas suas decisões por outras pessoas. Dá destaque ao deputado Venâncio Henrique de Rezende, a José Tavares Gomes da Fonseca e a Manoel Paulo Quintella. Foi graças ao ciúme destes dois últimos e às suas intrigas que o Presidente passou a ver os Carneiros como adversários. Mas, acima de tudo, os irmãos Carneiros se ressentiam pelo fato de Manoel de Carvalho ter lhes traído. Na visão deles, o cargo de Presidente só lhe foi passado devido à reunião dos Guardas Nacionais de janeiro. No decorrer da sua administração, acabou se afastando dos seus antigos aliados e se aliando aos portugueses. E naquele momento, a retribuição que dava aos que o alçaram ao poder era suspendendo Francisco Carneiro e mandando prender o Tenente João Ribeiro em um navio<sup>45</sup>.

Todos os meios eram válidos para atacar a imagem do Presidente da Província e muitas denúncias foram publicadas. Ele havia consentido que seu filho, João de Carvalho Paes de Andrade, fosse empossado no posto de Major do Batalhão da Guarda Nacional de Igarassu, recebendo soldo de Major de Brigada, mesmo sendo domiciliado na capital. Foi acusado de ter iniciado sua carreira na pirataria e até 1810 roubava embarcações na costa pernambucana. Além disso, teria se beneficiado sozinho de uma carga de pau brasil vendida à Inglaterra, em 1824, e que era pertencente ao Estado. Vivia em mancebia publicamente, era mau esposo, mau pai e sem fé. Por fim, teria sido o mandante da morte do Padre Nicolau, capelão de sua mãe<sup>46</sup>.

<sup>43</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 06 dez. 1834, p. 01.

<sup>44</sup> *A Razão e a Verdade*, Recife, 28 fev. 1835, p. 34-36.

<sup>45</sup> *A Razão e a Verdade*, Recife, 21 dez. 1834, p. 09-12.

<sup>46</sup> *A Razão e a Verdade*, Recife, 30 dez. 1834, p. 13-14; 05 jan. 1835, p. 20; 14 mar. 1835, p. 43.

Um ano depois de ter sido alçado ao poder por um golpe dos exaltados, Manoel de Carvalho foi vítima de seus antigos aliados. No dia 11 de janeiro, no acampamento da Tropa da Direita, em Alagoa dos Gatos, o 2º Sargento de 1ª Linha de Fernando de Noronha, José Pedro de Souza, e o também Sargento da Companhia de Artilharia, José Joaquim de Barros, se apresentaram à frente das tropas em armas durante o toque de chamada de campo. O Major Comandante da Força, Francisco d'Arruda Câmara, questionou quem os liderava e qual o objetivo do movimento. Os dois sargentos responderam que a tropa estava sem ração havia três dias. O Major Arruda tentou persuadi-los a não agirem daquela forma e deu ordens para que se dispersassem, porém sem sucesso. Os dois sargentos pegaram a bandeira que estava na residência do quartel do major e se postaram a frente da tropa, afirmando que se dirigiriam à capital para se apresentarem ao presidente da província. No dia seguinte marcharam para a capital, conduzindo quase como prisioneiros alguns oficiais. Os amotinados eram em torno de duzentas praças e tinham levado uma peça de artilharia<sup>47</sup>.

Manuel Correia de Andrade chamou a atenção para as condições favoráveis ao motim, especialmente os fatores que influenciariam os soldados a tomar aquela atitude: alastramento da varíola entre a tropa, desorganização administrativa causada pelo transporte dos arquivos do acampamento levados por Antônio Carneiro quando seguiu para Recife, além do atraso dos soldos de oficiais e soldados que se prolongava há vários meses, resultando em desabastecimento da tropa. A Presidência chegou a enviar o capitão Vicente José Ferreira de Moraes e o Chefe de Polícia para negociarem com os amotinados em Santo Antão, propondo libertar os oficiais que se encontravam presos, marchar para a capital debaixo das ordens de novos oficiais, receber os soldos atrasados e seguir de volta à frente de batalha. A princípio, não aceitaram as condições do governo<sup>48</sup>.

A notícia do motim chegou em Recife por volta do dia 17 e deixou a população e as autoridades alarmadas. Estavam bem presentes na memória dos recifenses os acontecimentos da *Setembrizada* de 1831. O *Diário de Pernambuco* descreveu as condições da capital àquela altura. Derramou-se um desassossego geral na cidade, há dias agitada pelas ameaças de uma próxima conspiração com o fim aparente de tirar da Presidência a Manoel de Carvalho e pôr no Comando das Armas o Tenente Coronel Seara. O Presidente agiu se prevenindo para evitar um rompimento, pondo pessoalmente na povoação dos Afogados uma guarnição para impedir que os sublevados entrassem na capital por ali. A Passagem da Madalena foi guarnecida com mais de cem guardas nacionais da povoação de Casa Forte. Já se passavam cinco dias que a capital vivia nesta expectativa, estando o comércio paralisado. A população sabia quem eram os autores da conspiração e estes faziam questão de tornar conhecidas suas intenções, com linguagem subversiva e audaz. Escritos anárquicos eram derramados, espalhadas proclamações incendiárias e ninguém ignorava que esperavam unicamente pela aproximação dos insubordinados d'Alagoa dos Gatos para “arvorarem nesta Cidade o estandarte da desordem”<sup>49</sup>.

No dia 21 de janeiro estourou a sedição já esperada. Duas proclamações

---

<sup>47</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 20 jan. 1835, p. 2.

<sup>48</sup> ANDRADE, *A Guerra dos Cabanos...*, p. 189-190, p. 192-194.

<sup>49</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 22 jan. 1835, p. 01-02.



foram espalhadas pela cidade. As datas mostram que, se não estavam em conluio com os soldados de Lagoa dos Gatos, os irmãos Machado Rios pelo menos se aproveitaram da situação para agir. A primeira foi feita por Francisco Carneiro no dia 19. Nela convocava os pernambucanos a salvarem a província e a Pátria, pegando em armas contra um presidente arbitrário, marionete de uma facção que controlava o governo na corte e traidor dos que outrora confiavam nele. Terminava dando vivas à Pátria, à união, à Constituição política do Império, a D. Pedro II Imperador Constitucional, à Reforma e à Assembleia Provincial. A segunda foi escrita por Antônio Carneiro no dia 20. Conclamava também o povo a se rebelar contra o arbítrio do Rio de Janeiro, origem dos males que a província enfrentava. Atacava a Lei de 3 de outubro de 1834 (Lei dos Presidentes de Província), dizendo ter sido elaborada para anular os efeitos do Ato Adicional. Lembrava do que estava ocorrendo em Goiana e Pajeú de Flores (será analisado adiante) e voltava a taxar Manoel de Carvalho de traidor, falso republicano e de ter conseguido ser eleito senador pela Paraíba com o apoio dos chimangos da corte. Concluía dando vivas à Religião, à Liberdade, ao Senhor D. Pedro II “sem a influência Chimanga”<sup>50</sup>.

Segundo o relato do *Diário de Pernambuco*, a presidência já tinha conhecimento da preparação da rusga por parte dos irmãos Machado Rios. Na manhã do dia 21, Manoel de Carvalho determinou que todos os Comandantes dos Batalhões da Guarda Nacional da cidade convocassem os seus subordinados a quem mais confiassem para que se postassem em frente ao Palácio do Governo. Às 14h ouviu-se o som de uma girândola de foguetes largada na casa de Francisco Carneiro. O governo então tocou o alarma na cidade. Pouco depois do aparecimento da girândola, Francisco Carneiro surgiu fardado, apesar de estar suspenso do exercício do posto de tenente coronel e comandante do Batalhão da Guarda Nacional de Santo Antônio. Acompanhado de 10 a 12 homens armados, a maior parte dos quais estavam de jaqueta e descalços, Francisco Carneiro chegou ao quartel da Guarda Nacional onde havia uma força sob o comando do capitão Silveira. Conseguiu levar consigo esta força, declamando contra o presidente, ameaçando atirar em quem tentasse impedi-lo e a quem não o acompanhasse. Enquanto isso, Antônio Carneiro marchava da Boa Vista para Santo Antônio com uma gente e alguns comparsas, estando entre eles seus irmãos João e Joaquim, alguns alferes e oficiais da Guarda Nacional. Ele deixou seu irmão João comandando um piquete que havia posto na ponte da Boa Vista e seguiu com a sua gente para as imediações do Palácio do Governo. O objetivo era impedir que as tropas legalistas se unissem. Os sediciosos cercaram, então, o Palácio, onde estava o presidente com apenas trinta soldados municipais. Por pouco não conseguiram invadi-lo, visto sua superioridade numérica. Manoel de Carvalho deu ordens para que abrissem fogo contra os sitiantes, que não ousaram tomar a ofensiva por não serem os guardas nacionais que acompanhava Antônio Carneiro da confiança dele, pois haviam sido apanhados incautos e postos, por assim dizer, à força nas fileiras dos rebeldes. Os sitiantes fugiram rapidamente, mas não foram perseguidos pelos municipais por estarem estes em pequeno número. A tarde se passou sem que o governo tivesse tropa suficiente para tomar a iniciativa. Finalmente, às 19h, chegou dos Afogados o tenente coronel Joaquim Canuto de Figueredo, à frente do Batalhão da Várzea.

---

<sup>50</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 jan. 1835, p. 02.

Incorporadas a esta tropa estavam as duas Companhias da Casa Forte, sob as ordens do major Mascarenhas, e parte da Guarda Municipal. Os sediciosos, diante de tanta força, resolveram fugir para a Boa Vista. O governo preparou durante a noite um ataque previsto para o dia seguinte. O próprio Manoel de Carvalho foi quem o comandou. Ao avistarem as tropas legalistas, os sediciosos fugiram em debandada. Eles só não foram alcançados por falta de uma cavalaria. Perseguidos até o Poço da Panela, ali a tropa dos irmãos Machado Rios se dispersou completamente<sup>51</sup>.

Apesar de toda confusão, não houve mortos nos embates entre tropas do governo e os sediciosos. O governo saiu vencedor, mas era sentimento geral que uma nova rusga aconteceria. Além das medidas de praxe para prender os envolvidos na rusga, Manoel de Carvalho resolveu se precaver. Ordenou que uma Companhia completa de municipais permanentes fosse postada em frente ao Palácio do Governo por tempo indeterminado. Deu ordens também para que o armamento existente no Forte das Cinco Pontas fosse transferido para a escuna Vitória, recomendando ao Comandante das Forças Marítimas que a tivesse em “boa guarda”. E mandou, enfim, a este mesmo Comandante que fizesse estacionar a escuna Fluminense na Praia do Colégio, próxima à ponte que ligava os bairros de Santo Antônio e Recife<sup>52</sup>.

Os irmãos Machado Rios aproveitaram o tratamento indulgente dado pelo governo e a leniência de muitos juizes de paz para promover nova rusga<sup>53</sup>. Notícias vindas do Pará, publicadas na imprensa no dia 13 de março, davam conta dos distúrbios ocorridos naquela província e da luta entre forças ligadas a moderados e exaltados, resultando no assassinato do presidente e do Comandante das Armas, sendo este o pernambucano José Joaquim da Silva Santiago. Isto parece ter dado novo ânimo aos Carneiros. Neste meio tempo, *A Voz e a Verdade* retomava os seus ataques ao governo. Denunciava que Manoel de Carvalho aproveitava a ocasião para se vingar dos “patriotas”. Para tanto, trouxe de Goiana o juiz de direito Nunes Machado, cuja missão seria revisar os processos julgados improcedentes. E com o fim de angariar o apoio de camadas mais baixas, divulgava em suas folhas o boato sobre um golpe arquitetado pelo governo contra a gente de cor, os pretos e os pardos, que os portugueses chamavam de “canalha, gente de faca e de cacete, que não quer senão roubar”. Depois de agarrados, eles seriam enviados para o Rio Grande do Sul e Montevidéu, estando apenas por aguardar o retorno da fragata que fora levar o presidente da província do Maranhão<sup>54</sup>.

Os Carneiros reapareceram na madrugada do dia 17 de março. Liderando os sediciosos, atacaram um piquete do Batalhão de Guarda Nacional do Poço da Panela, comandado pelo tenente coronel Mascarenhas, mataram dois soldados e se apoderaram de armas e munições. Com a chegada da tropa do governo, fugiram. Alcançaram a vila de Goiana no dia 20 e lá receberam apoio dos Lins, que se encontravam em luta contra a facção liderada pelo juiz de direito Joaquim Nunes Machado. Depois de um tiroteio contra as forças governistas locais, conseguiram se

---

<sup>51</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 jan. 1835, p. 01-03.

<sup>52</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 fev. 1835, p.0 1; 27 mar. 1835, p. 01-02; 28 mar. 1835, p. 01; 23 mar. 1835, p. 02-03.

<sup>53</sup> *O Velho Pernambucano*, Recife, 23 mar. 1835, p. 09-11.

<sup>54</sup> *A Razão e a Verdade*, Recife, 17 fev. 1835, p. 31.

apossar da vila e dali preparar o retorno à capital. Um dos Carneiros teve sucesso em seguir à povoação de Pedras de Fogo e angariar apoio de mais sessenta homens. Quando estavam em marcha para Recife, a tropa enviada pelo governo conseguiu batê-los e espalhar suas forças. Finalmente, acossados nas matas de Beberibe, os irmãos Carneiros dispersaram os seus homens<sup>55</sup>.

Mesmo praticamente derrotada a sedição, uma proclamação anônima foi distribuída na capital no dia 27 de março. Foi atribuída por um correspondente do *Diário de Pernambuco* aos irmãos Machado Rios e impressa na tipografia do periódico *A Razão e a Verdade*. Mais uma vez, convocava os pernambucanos a se revoltarem contra a “opressão e tirania” do presidente da província, convidando-os a refletirem sobre a violência dos últimos dias promovida por Manoel de Carvalho, que por sua vez era subordinado ao governo central. Falava da suspensão de garantias e de prisões arbitrárias. Acusava o governo de não tomar nenhuma providência sobre o problema das moedas de cobre falsas. Dizia ainda que os patrícios de Goiana começavam a ser ajudados por todas as vilas de fora, que para lá eram remetidas diariamente grandes somas em dinheiro, sendo que os que não podiam lutar gratuitamente recebiam dez tostões por dia e uma gratificação por lutarem ao lado dos verdadeiros patriotas<sup>56</sup>.

Findas as Carneiradas, Manoel de Carvalho tratou de colocar em prática as punições aos envolvidos. O promotor público interino de Recife, Filipe Lopes Neto Junior, oficiou a todos os juizes de paz da capital para informar se estavam procedendo contra os autores da Carneirada de 21 de janeiro. Insatisfeito e desconfiado, Paes de Andrade acabou por suspender alguns deles. O do 1º Distrito de Itamaracá foi suspenso por desobediência às ordens legais. Outro juiz de paz suspenso foi o do 5º Distrito das Cinco Pontas, Rodolfo João Barata de Almeida. As razões: por “conveniência com os sediciosos, e protegê-los contra seus deveres como juiz”<sup>57</sup>.

Um terceiro juiz de paz suspenso e processado foi João Domingues da Silva, do 1º Distrito do Sacramento da Boa Vista. Segundo a acusação feita pelo próprio Manoel de Carvalho Paes de Andrade, era público o fato do dito juiz tramar contra o Governo e sua proteção aos sediciosos. Na sua defesa, o juiz de paz se mostrou indignado pelo fato do presidente ter dado ouvidos a uma acusação falsa e caluniosa, não revelando quem era o seu autor. Inocentado ao final do processo, cutucou Manoel de Carvalho ao lembrar que aquela sedição era semelhante à que ocorreu em janeiro de 1834, tendo os mesmos fins e os mesmos chefes, os quais à época eram seus “especiais, e íntimos amigos”<sup>58</sup>.

A documentação não aponta qualquer vestígio de punição concreta para os juizes de paz pretensamente envolvidos com a sedição. Que alguns participaram ou, no mínimo, foram omissos, a dimensão daquele evento certifica. Praticamente

<sup>55</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 18 mar. 1835, p. 01-02; 20 mar. 1835, p. 01; 23 mar. 1835, p. 01-02; 30 mar. 1835, p. 03.

<sup>56</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 31 mar. 1835, p. 01-02.

<sup>57</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 fev. 1835, p. 04; 31 mar. 1835, p. 01.

<sup>58</sup> PERNAMBUCO. *Processo contra o juiz de paz da Boa Vista, João Domingues da Silva*. Recife, 1835, Fundo Instituto Arqueológico (FIA), CX 09/12 DOC/1842. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHPG.

nenhum dos líderes foi preso ou punido. No entanto, era algo de difícil comprovação, tornando-se quase impossível fazê-lo devido às relações clientelistas. As testemunhas simplesmente não queriam se comprometer. Criava-se um manto de proteção em torno de determinadas autoridades. Os irmãos Carneiros permaneceram escondidos e intocáveis.

Mas se a liderança se livrou de punições, o mesmo não pode ser dito para os indivíduos de menor projeção. Uma parte dos prisioneiros envolvidos nas Carneiradas foi enviada para embarcações, onde seriam mantidos em segurança, mas não em ferros. Entre eles estavam os amotinados da Lagoa dos Gatos, que marcharam para Recife e se renderam ainda quando passavam pela vila de Santo Antônio. Foram presos e enviados à capital, onde chegaram por volta do dia 27 de janeiro. O destino deles foi definido pelo governo: formariam uma Companhia a ser enviada para o Rio Grande do Sul. Dificilmente voltariam a pôr os pés em Pernambuco. Por sua vez, um antigo aliado de Manoel de Carvalho acabou sendo preso. Era Antônio de Barros Falcão d'Albuquerque Maranhão. Segundo ele, sua prisão ocorreu sem que fosse em flagrante delito. Assim permaneceu por oito dias, sem culpa formada, só depois sendo encaminhado para o juiz de direito e chefe de polícia, Nunes Machado. Antônio de Barros acusou o presidente de déspota, se perguntando por que os pernambucanos, chamados de manada de escravos, ainda não se rebelaram contra esta escravidão. Dizia ser taxado de sedicioso, coisa que reconhecia ter sido em 1824 quando sustentou Manoel de Carvalho no governo, que o abandonou covardemente<sup>59</sup>.

No final de tudo o sentimento era de impunidade. O próprio Manoel de Carvalho vaticinara: “Fiz o que dependia da ação deste Governo; o mais depende de outro Poder. Praza aos Céus, que a impunidade não continue. E se continuar, perdida será esta Província e quiçá todo o Brasil”<sup>60</sup>. Convocado para assumir a sua cadeira no Senado, partiu para a Corte em 11 de abril. Seu substituto foi Thomaz Pires de Figueredo Camargo, que anteriormente fora Presidente da Província de Alagoas e companheiro de Carvalho na luta contra os cabanos.

A princípio, os 14 meses em que Manoel de Carvalho esteve à frente da presidência de Pernambuco nos apontam para a conclusão de que seu governo foi exitoso. Por um lado, derrotou os restauradores deixando a vitória na guerra contra os cabanos bem encaminhada. Por outro, resistiu às investidas de seus antigos aliados exaltados quando estes o tentaram tirar do comando administrativo da província. No entanto, olhando com mais cuidado veremos que esta vitória sobre o partido dos exaltados foi parcial. Se não conseguiram derrubar Paes de Andrade pelas armas, ele acabou perdendo o cargo no momento em que o novo Gabinete de 20 de janeiro de 1835, liderado por Manuel Alves Branco na pasta da Justiça, o convocou para o Senado. Se o objetivo da oposição era substituí-lo por Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, isto acabou acontecendo em junho, quando o mais velho dos irmãos Cavalcanti foi nomeado novo presidente da província pela Regência.

---

<sup>59</sup> *Diário de Pernambuco*, Recife, 04 fev. 1835, p. 02; 28 jan. 1835, p. 01; 02 mar. 1835, p. 01-02; 04 abr. 1835, p. 01-02; 08 abr. 1835, p. 02-03.

<sup>60</sup> ANDRADE, Manoel de Carvalho Paes de. *Ofício ao Ministro do Império*. Recife, 1835, Registros de Offícios, vol. 7/1, p. 05-06. APEJE.

O pior estava reservado para os moderados locais que deram sustentação a Manoel de Carvalho. As consequências das Carneiradas e a repressão levada a cabo pelo governo provincial aumentaram ainda mais o fosso que separava os liberais moderados e exaltados. Munidos do sentimento de revanche, os exaltados firmaram uma aliança com os Cavalcanti e a facção de Araújo Lima. O resultado foi o isolamento dos moderados, que viram a oposição chegar ao poder com a posse de Francisco de Paula na Presidência. Para muitos dos chimangos pernambucanos, era o início de um longo período de ausência do poder, situação só revertida em 1844, quando já estavam reunidos em torno do Partido Praieiro.

A trajetória política de Manoel de Carvalho Paes de Andrade durante parte da Regência nos revela as estratégias dos partidos para enfrentar as lutas políticas do período. É a história das alianças e distanciamentos entre os partidos pernambucanos e como eles imprimiram uma dinâmica própria ao processo de luta pelo poder na província de Pernambuco, sendo esta dinâmica regida não somente por ideias comuns, mas também pela busca do poder puro e simples, pela conquista do poder de mando que levava à ocupação de cargos.



#### RESUMO

Entre 1831 e 1840 o Império Brasileiro viveu uma de suas fases mais conturbadas. Embora repleta de crises e disputas intestinas, a Regência teve uma rica disputa política onde diferentes partidos procuravam direcionar os rumos do país a partir de seus interesses e projetos de Nação. Para entender a forma como estes partidos lutavam entre si e as suas estratégias políticas, tomamos como objeto de análise a trajetória política de Manoel de Carvalho Paes de Andrade após o seu retorno ao Brasil. Tido inicialmente como o grande herói da Confederação do Equador, ele foi a representação das idas e vindas, das vitórias e derrotas das elites políticas brasileiras naquele período.

**Palavras Chave:** Período Regencial; Relações de Poder; Política Partidária.

#### ABSTRACT

Between 1831 and 1840 the Brazilian Empire lived one of its most troubled phases. Although full of crises and internecine fighting, the Regency had a rich political dispute where different parties sought to direct the course of the country from their interests and Nation projects. To understand how these parties were fighting each other and their political strategies, we analyze the political trajectory of Manoel de Carvalho Paes de Andrade after his return to Brazil. Originally considered the great hero of the Confederation of the Equator, he was the representation of the comings and goings, the victories and defeats of the Brazilian political elites during that period.

**Keywords:** Regency Period; Power Relations; Party Politics.

Artigo recebido em 30 mai. 2015.

Aprovado em 29 set. 2015.